

Léa Silveira Sales*

Metapsicologia X Monismo Anômico Uma Leitura Possível?

Dualismo e monismo representam as duas vertentes ontológicas que, sem perspectiva de reconciliação, procuram resolver o problema do teor e do número de substâncias existentes, problema que remonta a Platão com a suposição da existência de dois mundos, o sensível e o inteligível. De acordo com Teixeira (2000), a filosofia de um modo geral, e em especial a contemporânea filosofia da mente, pode ser entendida como uma espécie de comentário da ontologia platônica, restando-lhe a execução de um movimento oscilatório pendular que por vezes reafirma o dualismo e por outras sobrepõe o monismo.

No campo do dualismo – que, na história da filosofia, se desdobra em dualismo de substâncias e dualismo de propriedades –, uma diferença total e intransponível entre duas espécies de fenômenos é postulada, de tal forma que se estabelece uma tentativa de atribuição aos fenômenos mentais de características singulares capazes de distingui-los dos fenômenos físicos. Essa distinção, segundo Bieri (1993), possui a pretensão de produzir contraste, universalidade e exclusividade. Isto é, trata-se de uma distinção sob a qual cada termo envolvido só possui significado no escopo do par configurado (contraste) – no caso, o par físico/mental –, que é capaz de nomear e classificar todos os tipos de fenômeno ao infinito (universalidade) e cujos domínios se excluem mutuamente (exclusividade). Qualquer espécie de fenômeno tomado aleatoriamente deve ser passível de encaixe numa descrição física ou mental e somente numa das duas.

Do lado do monismo, encontramos uma maior diferenciação que vai das teorias da identidade ao funcionalismo. O materialismo então implicado consiste numa perspectiva para a qual só há, a rigor, um tipo de realidade (a física) e decorre do seguinte argumento: (1) desde o início do desenvolvimento da

* Doutoranda em filosofia pela Universidade Federal de São Carlos.

física moderna, tem-se como dado que o mundo físico é fechado em si mesmo em termos de causalidade, ou seja, que um fenômeno físico só pode ser causado por outro fenômeno físico; (2) eventos mentais desempenham papel causal sobre o mundo físico; (3) então, os fenômenos mentais têm que ser fenômenos físicos de alguma forma, conclusão que conduz à postulação da neutralidade ontológica da categoria mental (Bieri, 1993).

Com o horizonte de pesquisa aberto pela psicanálise, o problema em foco ganha outra especificação e a clássica pergunta “o que é a mente?”, desdobra-se noutra: o que é a mente inconsciente? A metapsicologia pode ser considerada o esforço teórico de Freud para tentar dar conta dessa questão.

Alguns autores defenderam a supressão (Politzer, 1975) ou revisão (Lacan, 1938) da metapsicologia por entenderem que Freud teria, com ela, assumido um compromisso com premissas biológicas e por afirmarem que uma disciplina que se volte para o campo do psíquico deve ter como objeto a produção de sentido de um sujeito ao invés do organismo humano. Outros pensaram a existência de uma dualidade inerente à metapsicologia que se expressaria nos termos de uma dimensão energética – centrada no conceito de pulsão – e de uma dimensão do sentido – centrada no conceito de representação (Ricoeur, 1977). Há também os que conferiram à metapsicologia o caráter de metáfora (Spence, 1992), sustentando que se deve ficar atento aos perigos decorrentes de sua literalização e que, assim, o sentido descritivo do termo inconsciente deve ser privilegiado em detrimento de seu sentido substantivo (MacIntyre, 1958/19_). Outros ainda propuseram a substituição dos constructos metapsicológicos por conceitos intencionais (Schafer, 1976).

A variedade desses exemplos de interpretação da teoria psicanalítica, aqui apenas indicada, denota a falta de homogeneidade no campo correlativo de uma reflexão epistemológica. No próprio texto de Freud podemos encontrar, a partir de uma leitura preliminar, uma embaraçosa diversidade de pistas.

Em seu estudo de 1891 sobre as afasias, Freud situa-se ao lado de Jackson e de sua ontologia paralelística-dualista (1) contra a postura anatomista adotada por Wernicke e Meynert. Ao se debruçar sobre o problema da linguagem, ele constrói uma

teoria da representação que se mostra oposta ao monismo fisicalista redutor do psíquico aos processos cerebrais e que defende ser a representação um processo paralelo ao acontecimento fisiológico/neuronal; mais exatamente, essa sua teoria entende a representação como algo que emerge em paralelo a um processo cortical associativo e insurge-se contra a idéia da inserção da fibra nervosa no campo do psíquico. Nesse momento, só é reconhecido ao psiquismo o caráter consciente; a noção de processo psíquico inconsciente é recusada por meio da consideração de que não seria possível haver estados psíquicos latentes: “Nossa consciência não contém nada que, desde o ponto de vista psicológico, possa justificar o termo ‘imagem latente de recordação’” (Freud, 1891/1973, p. 71).

O quadro do estudo sobre as afasias sofre uma transformação, com o *Projeto de uma psicologia*, em duas direções: Freud passa a oscilar entre o monismo e o dualismo, restando incerto se ele efetivamente elimina o paralelismo ou se apenas o redefine, e passa a admitir a existência de representações inconscientes, já que isto constitui premissa indispensável para a compreensão da formação das neuroses. Permanece em aberto a questão da natureza dessas representações inconscientes pois, por um lado, Freud hesita em entendê-las como algo psicológico, mas, por outro, não chega a categorizar sua identidade com processos fisiológicos. Entretanto, ainda que essa identidade não chegue a ser explicitamente formulada, talvez não seja injustificado deduzi-la, visto que o monismo recusado no estudo das afasias, passa agora a configurar um ponto de partida. A quantidade e o neurônio são os princípios de uma máquina de representar fadada a fracassar. Eis a forma como se inicia seu rascunho:

O propósito [é] fornecer uma psicologia científico-naturalista, ou seja, apresentar processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partes materiais capazes de serem especificadas e, com isso, torná-los intuitivos e livres de contradição. [Estão] contidas duas idéias principais:

- 1) concebe o que diferencia atividade de repouso como Q, submetida à lei geral do movimento;
- 2) toma os neurônios como partículas materiais (Freud, 1950/1995, p. 9).

Em algumas passagens, o texto se apresenta – a exemplo do trecho citado acima – como se aquele paralelismo houvesse sido eliminado em favor do fisicalismo; outras vezes, porém, como se tivesse sido apenas substituído por outro tipo de paralelismo, um que se conforma entre o inconsciente identificado com o fisiológico e a consciência cuja natureza Freud não consegue definir.

Assim, se, num primeiro momento de leitura, Freud parecia ter-se voltado para um materialismo reducionista, quando chega a necessidade de postular em sua máquina a complexidade dos processos ω (relativos à consciência) cuja especificação é a qualidade, esse materialismo não se apresenta mais capaz de sustentar o aparelho psíquico e manter seu funcionamento. Para tentar resolver as dificuldades decorrentes da suposição da qualidade num aparelho que, até então, ao se localizar num paradigma científico-naturalista, só reconhecia a quantidade, Freud é levado a desenvolver a idéia de “período” como algo que pudesse dar conta da propagação da qualidade. Entretanto, mesmo diante do período, a questão da natureza da consciência permanece indissolúvel. No início da seção 8, ele considera seu problema: “Não se pode evidentemente tentar dar uma explicação sobre como processos excitatórios nos neurônios ω trazem consigo consciência. Trata-se só de fazer corresponder propriedades conhecidas por nós a respeito da consciência como processos de alteração *paralela* [grifo nosso] nos neurônios ω ” (Freud, 1950/1995, p. 25).

Em 1900, com *A interpretação dos sonhos*, assistimos a outro movimento oscilatório entre dualismo e monismo. Apesar de anunciar sua intenção de se restringir ao domínio do discurso psicológico (Cf. seção B do capítulo VII, “Regressão”), Freud dá continuidade ao uso de termos como excitação e quantidade, por exemplo e, mais uma vez, parece assumir uma perspectiva monista ao identificar fenômenos psicológicos a processos fisiológicos: “(...) representações, pensamentos e, em geral, produtos psíquicos não podem ser localizados dentro de elementos orgânicos do sistema nervoso, mas antes, por assim dizer, entre eles, onde as resistências e facilitações constituem seus correlatos.” (1900/1986, p. 599) Por outro lado, Freud cunha a expressão “realidade psíquica”, o que, por sua vez, parece indicar uma orientação dualista: “(...) a realidade *psíquica* é uma forma particular de existência que não se deve confundir

com a realidade *material*.” (p. 607) Ao reiterar o ponto de vista segundo o qual a consciência não é co-extensiva ao psíquico, ele insiste na efetividade e mesmo no caráter primordial do estado psíquico inconsciente e afirma que esse estado constitui a realidade psíquica por excelência. Essa realidade psíquica possui um sentido tão forte quanto o da realidade material: O inconsciente é o psíquico verdadeiramente real; *nos é tão desconhecido em sua natureza interna quanto o real do mundo exterior, e nos é apresentado pelos dados da consciência de maneira tão incompleta quanto o é o mundo exterior pelas indicações de nossos órgãos sensoriais* (p. 600).

Em *Nota sobre o conceito de inconsciente na psicanálise* (1912), Freud, insistindo na idéia de que o psiquismo não pode ser redutível ao consciente (devido à causalidade própria à sugestão pós-hipnótica, aos sintomas neuróticos, aos sonhos, atos falhos e lapsos de linguagem), procurou enfatizar que o sentido mais significativo do termo inconsciente para a psicanálise é o sentido sistemático – substantivo – que lhe confere conteúdo e modo de funcionamento específicos e estatuto de instância psíquica particular. Em 1915, ele dedica ao conceito um artigo metapsicológico no qual insiste em recusar a identidade do inconsciente com o fisiológico, afastando-se do fisicalismo e do paralelismo psicofísico tanto pela vertente ontológica quanto pela epistemológica. Ao tratar a objeção ao caráter psíquico das lembranças latentes, por exemplo, o autor afirma:

Agora, porém, encontramos uma objeção: essas lembranças latentes já não deveriam mais ser qualificadas de psíquicas, pois corresponderiam a restos de processos somáticos dos quais o psíquico pode brotar novamente. É fácil replicar que, ao contrário, a lembrança latente é indubitavelmente o saldo de um estado *psíquico* [grifo nosso] (Freud, 1915/1986, p. 164).

Adiante, acrescenta seu ceticismo quanto à possibilidade de chegarmos a conhecer a natureza física dos estados latentes da vida mental: “(...) em seus caracteres físicos nos são completamente inatingíveis; nenhuma idéia fisiológica, nenhum processo químico podem fazer-nos vislumbrar sua essência” (p. 164). Ou ainda: “(...) têm fracassado na origem todas as tentativas para compilar (...) uma localização dos processos anímicos, todos os esforços para imaginar as representações

armazenadas em células nervosas e a circulação das excitações pelas fibras nervosas” (p. 170). Por fim, Freud resolutamente se direciona nesse artigo para uma concepção dualista pois, se fica assegurada a existência de uma relação tão inegável quanto inescrutável entre psíquico e físico, é o domínio de uma realidade mental que a psicanálise deve habitar para tentar dar conta de seu objeto; os estados inconscientes “(...) com um pouco de trabalho podem ser transpostos nestes [em processos anímicos conscientes], ser substituídos por eles; e admitem ser descritos com todas as categorias que aplicamos aos atos anímicos conscientes, tais como representações, aspirações, decisões, etc” (p. 164).

Com a elaboração da segunda tópica, a distinção entre consciente e inconsciente torna-se insatisfatória: o inconsciente não designa somente o conteúdo recalçado, nem somente a identificação primária, nem apenas o representante de pulsão, nem tampouco se restringe ao isso; ao se dizer que algo é inconsciente não se consegue definir muita coisa e o termo recua para seu sentido exclusivamente descritivo diante da nova tópica estrutural:

Quando nos vemos assim compelidos a postular um terceiro *Ics.*, não reprimido, devemos admitir que o caráter da inconsciência perde significatividade para nós. Passa a ser uma qualidade multívoca que não permite as amplas e excludentes conclusões a que havíamos querido aplicá-la (Freud, 1923/1986, p. 19, 20).

No *Esboço de psicanálise*, esse processo inconsciente – que era descrito segundo linguagem mental tanto na *Interpretação dos sonhos* quanto em *O inconsciente* – passa a ser novamente identificado, tal como ocorria no *Projeto de uma psicologia*, com o puro processo fisiológico, o que lhe determina mais uma aproximação com o materialismo reducionista. Freud afirma que, devido à falta de continuidade e de completude dos processos conscientes, é preciso supor a existência de processos *físicos* ou *somáticos* necessariamente mais extensos do que as seqüências psíquicas conscientes, dado que nem todos eles ganhariam, em paralelo, expressão consciente. Trata-se, então, para a psicanálise, de *tomar esses processos físicos por objeto* e de aí reconhecer a natureza do inconsciente e o cerne do psiquismo; torna-se plausível “(...) pôr o acento, em psicologia, sobre esses proces-

sos somáticos, reconhecer *neles* [grifo nosso] o psíquico genuíno e buscar uma apreciação diversa para os processos conscientes” (Freud, 1938/1986, p. 155).

Mesmo diante de um percurso tão breve pela obra freudiana como o aqui exposto, já é possível perceber o quanto se faz necessária uma análise dos problemas apontados. O que pode significar que Freud tenha tanto oscilado entre monismo e dualismo? Convém, então, que um trabalho filosófico voltado para a metapsicologia procure responder às seguintes questões: que espécie de ontologia é implicada pelos fenômenos aos quais ela se refere? O conceito de inconsciente, consoante a definição freudiana, refere-se a uma pura entidade mental possuidora de uma realidade própria? Se sim, essa realidade é apenas intencional ou de tipo substantiva? Em outros termos, sua forma é psicológica (mental) ou neurológica (física)? Se for de tipo psicológico, isso implica uma ontologia dualista? Ou o inconsciente deve ser lido como epifenômeno de uma realidade física (2)? Ou seria ele mesmo um tipo de realidade física? Ou existiria ainda uma alternativa para esse dilema que apontasse para um materialismo não reducionista que subscrevesse a existência de um único tipo de realidade – a física – mas que, mesmo assim, admitisse a validade de acontecimentos mentais tanto quanto de acontecimentos físicos?

É na direção dessa última alternativa que Donald Davidson constrói sua teoria a respeito da relação entre mente e corpo e sua discussão sobre a irracionalidade. O que pretendemos indicar nesse contexto é que talvez a oscilação de Freud entre monismo e dualismo se devesse justamente à falta de uma concepção filosófica – como a davidsoniana – que lhe pudesse suprir, de um lado, a necessidade de uma referência, considerada óbvia, aos processos cerebrais e, de outro, a exigência de compreensão de certos fenômenos que pareciam só se submeter a algum tipo de razão quando descritos por uma linguagem mental. Quando se tratava de considerar a ontologia subjacente aos fenômenos psíquicos, Freud tendia a subscrever um direcionamento monista mas, diante da necessidade metodológica de construção de uma psicologia que não se sabia como reduzir ao materialismo, ele se voltava para a produção de expressões de caráter, à primeira vista, dualista e a dificuldade residia justamente na maneira como poderia ser suposto o relacionamento entre esses dois pólos.

O pensamento de Davidson insere-se no campo geralmente denominado “filosofia da ação”, campo definido pelas tentativas de formular respostas para questões tais como a natureza da ação, a análise do conceito de ação, a ligação entre ações e estados psicológicos, a intencionalidade, a racionalidade ou irracionalidade de uma ação ou a pertinência de explicações causais para o comportamento. Em conjunto, confere igual importância à teoria da linguagem e à filosofia da mente (Engel, 1993).

Em *Eventos mentais* (1970/1992), esse autor apresenta uma forma de materialismo não reducionista (3) segundo a tese da existência de identidade entre determinados acontecimentos mentais e físicos sustentando que os primeiros não são redutíveis aos segundos, ou seja, que não é possível explicar os acontecimentos mentais somente por meio de referência a acontecimentos físicos. Essa identidade tem que ser assumida dado o caráter evidente, ele assim o entende, da causalidade que eventos mentais exercem sobre eventos físicos. Para Davidson, porém, tal identidade – que se refere apenas a formas particulares desses acontecimentos e não às suas formas gerais – não é passível de submissão a leis. Assim, seu problema pode ser resumido na seguinte formulação: de que modo resolver o paradoxo entre a não existência de leis que regulem os fenômenos mentais e o fato de estes exercerem papel causal sobre o mundo físico? Em suas palavras: “Eventos mentais como percepções, lembranças, decisões e ações não podem ser capturados pela rede nomológica da teoria física. Como esse fato pode ser reconciliado com o papel causal dos eventos mentais no mundo físico?” (p. 137). Torna-se, então, preciso explicar como os eventos mentais podem possuir a peculiaridade de participar das relações causais sem serem, eles mesmos, submetidos a leis. Para tanto, Davidson estabelece as premissas necessárias, as quais apresentam, à primeira vista, contradição em seu conjunto. São elas: 1- princípio de interação causal: alguns acontecimentos mentais interagem causalmente com acontecimentos físicos, 2- princípio do caráter nomológico da causalidade: se há causalidade, então há lei, 3- princípio do anomalismo mental: não existem leis deterministas estritas (4) capazes de suprir funções de explicação e previsão dos acontecimentos mentais (5). Sua tarefa consistirá, a partir daí, em demonstrar tanto a veracidade (ou ao menos a plausibilidade) quanto a ausência

de contradição entre essas premissas, objetivo que pretende ter alcançado por recorrência à noção de superveniência (6) do mental com relação ao físico e à suposição do caráter exclusivamente lingüístico das leis. Essas premissas são conseqüência da distinção entre os eventos (7) particulares e as descrições desses eventos e entre relações causais e leis causais. Ao sustentar esse quadro nomeado de “monismo anômico” (8), Davidson propõe uma saída para o impasse entre o materialismo reducionista, para o qual os fenômenos mentais podem ser explicados de maneira exclusivamente física, e o dualismo cartesiano, do qual decorrem os famosos problemas relacionados à suposição de uma segunda substância difícil de ser descrita e trabalhada.

Outra face do pensamento davidsoniano é a que se encontra exposta em *Paradoxos da irracionalidade* (1982). Esse ensaio, que compõe um desenvolvimento de certas conseqüências do monismo anômico, é explicitamente dirigido à doutrina psicanalítica e seu objetivo é defender que qualquer concepção da irracionalidade deve, por força de coerência, conter a assunção de algumas das mais importantes teses freudianas e mostrar que essas teses, quando tomadas de maneira ampla, encontram-se livres de erros conceituais. Antes de discorrer sobre a caracterização da irracionalidade, Davidson empreende uma análise da ação intencional normal que o leva a sustentar uma distinção entre razão e causa (9) a qual forma a base de toda essa sua argumentação. Nas ações intencionais normais, uma crença é sempre a causa (algo que produz um efeito) do comportamento e o conteúdo dessa crença funciona como a razão (algo que estabelece uma relação lógica) para esse mesmo comportamento. Mas existem situações que são caracterizadas pelo que os gregos chamavam de *akrasia*. Trata-se justamente daqueles casos em que o comportamento do agente vai contra o que ele mesmo acredita que teria sido a melhor atitude apesar de ter assumido por si mesmo que toda ação deve se sustentar sobre o melhor juízo que se possa obter. Dito de outra forma, a acrasia refere-se a casos em que o agente, ao acreditar que toda ação deve ocorrer tendo por fundamento aquilo que se puder presumir de melhor e apesar de possuir uma razão para seu feito, possuía simultaneamente outras razões melhores do que a primeira para que tivesse sido outro o seu agir. Nesse tipo de situação, também chamado de “incontinência” ou “fraqueza da

vontade”, continua a existir uma relação causal entre crença e comportamento mas mostra-se suprimida a relação lógica entre os dois, ou seja, existe uma causa para a ação mas essa causa não pode funcionar ao mesmo tempo como razão para essa mesma ação. Por exemplo, se creio que um estado de coisas é verdadeiro simplesmente porque desejo essa verdade (causa mental, com conteúdo proposicional), meu desejo não constitui razão suficiente para que esse estado de coisas realmente exista. Mas que justificativa racional deve ser oferecida para a existência no indivíduo desse tipo de causa mental que determina um agir que vai contra tudo o que pode ser considerado de melhor? Para Davidson, essa resposta reside justamente na suposição de que causa e efeito possam ser localizados em lugares distintos: “Fenômenos mentais podem causar outros fenômenos mentais sem ser razão para eles e ainda assim manter o seu caráter mental, contanto que causa e efeito sejam adequadamente separados.” (Davidson, 1982, p. 300). Por conseguinte, deve-se manter a idéia de que a mente pode ser dividida em instâncias que possuem determinados graus de independência e de interação uma em relação à outra, sendo que uma delas deve obrigatoriamente possuir um maior grau de consistência e de racionalidade do que a outra. Assim, fica justificado que esses lugares mentais possam estabelecer relações de causalidade entre si e que isso possa apresentar como resultado a inconsistência, ou seja, o fato de que algo possa funcionar como causa mas não como razão para um determinado comportamento humano. Com essa argumentação, Davidson explica a acrasia oferecendo uma justificativa filosófica que possibilita a suposição de eventos mentais inconscientes sem que se incorra em erro lógico.

A partir dessas observações, a seguinte questão resta formulada: é possível realizar uma leitura, da especulação metapsicológica freudiana que a torne compatível com uma postura epistemológica similar à que foi chamada por Davidson de monismo anômico? Problema que pode ser melhor definido da seguinte forma: se, por um lado, as definições que Davidson oferece para razão e para causa são capazes de sustentar filosoficamente a existência do inconsciente, por outro, é preciso investigar se a premissa basilar do monismo anômico (o princípio do anomalismo mental) é compatível com o projeto teórico de Freud; caso contrário seria impossível uma argumentação a favor de uma postura ontológica comum a es-

ses dois autores. Assim, se essa correspondência for invalidada, o inconsciente justificado por Davidson em Paradoxos da irracionalidade – apesar de serem feitas nesse texto tentativas de justificação de certos pontos da doutrina psicanalítica – não poderia convergir com o inconsciente freudiano. De outro modo, se for possível estabelecer diálogos entre esses dois autores, o monismo anômico poderá oferecer um interessante viés para uma leitura filosófica da metapsicologia.

Cabe a um exercício epistemológico desafiar o ceticismo e insistir na pergunta pelo conhecimento e pelo modo como podemos alcançá-lo (Grayling, 1996). Na especificidade da psicanálise, cabe-lhe questionar como se pode justificar a teorização a respeito de um funcionamento psíquico inconsciente. Segundo o ponto de vista que se adote e o texto que se tome por objeto, é possível encontrar em Freud elementos para a justificação da psicanálise em diferentes tipos de solos filosóficos. Se houver uma possibilidade de leitura da teoria de Freud a partir do monismo anômico, teremos talvez encontrado argumentos para desvinculá-la tanto do dualismo cartesiano quanto do materialismo reducionista e das tentativas de metaforização da teoria (no sentido apresentado por Spence (1992) a partir de Max Black e por Maani (1999) a partir de Turbayne).

Resumo

A metapsicologia freudiana tem se prestado a leituras epistemológicas bastante diferenciadas. Ora ela é considerada sob o viés das filosofias monistas, ora sob o das filosofias dualistas. Cada um desses pontos de vista, por sua vez, costuma deixar margem para nuances que vão dos apontamentos realistas/substancialistas àqueles que conferem aos constructos metapsicológicos o estatuto de metáfora. O presente artigo pretende contribuir para esse tipo de discussão ao situar seu recorte na investigação da possibilidade e da pertinência em se estabelecer um diálogo entre a metapsicologia de Sigmund Freud e o monismo anômico de Donald Davidson com base no estudo das propostas desses dois autores quanto ao inconsciente e à relação entre o físico e o mental.

Abstract

Freudian metapsychology has been object of very different epistemological readings. Sometimes it is considered under the focus of the monist philosophies, sometimes under dualist ones. Each of these points of view, by their turns, usually causes nuances that go from realist/substantialist remarks to the ones that bestow metaphoric status to the metapsychological constructs. The present paper aims to contribute to this kind of discussion while placing its limits on the investigation of the possibility and of the pertinency of establishing a dialogue between Freud's metapsychology and Donald Davidson's anomalous monism taking as basis the proposals of both this authors concerning the unconscious and the relation between physical and mental.

Notas

- 1 O paralelismo teve como principais representantes Geulincx e Leibniz que usavam como metáfora de seu pensamento a imagem de dois relógios desconectados, porém sincronizados entre si: existem fenômenos causais no interior do domínio dos fenômenos mentais e no interior do domínio dos fenômenos físicos, mas não entre os dois domínios. Cf. Bieri (1993).
- 2 O epifenomenalismo, tanto quanto o paralelismo, renuncia à causalidade mental, mas, ao contrário deste, admite a causalidade física sobre o mental, de modo que os fenômenos mentais representam os últimos efeitos de uma cadeia causal; eles não produzem efeitos sobre o comportamento, nem sobre estados corporais, nem sobre o mundo físico de maneira geral. Cf. Bieri (1993).
- 3 O antireduccionismo de Davidson possui, segundo Engel (1993), origem em Quine, cujas reflexões em *Word and Object* estabelecem que não podemos determinar o conteúdo das crenças ou dos desejos alheios por meio das palavras que são enunciadas a partir de fatos físicos ou comportamentais. Essa influência passa especialmente pela concepção do caráter holístico do mental, comum a Quine e Davidson. Essa concepção é o que impede que o domínio intencional seja reduzido ao físico porque, de acordo com ela, o conteúdo das atitudes proposicionais não pode ser determinado de modo isolado, mas, ao contrário, sua compreensão deve fazer referência a um conjunto de frases ou de atitudes das quais ele é indissociável.

- 4 No sentido concebido por Hempel (1965) – segundo o qual leis não estritas são aquelas que não possuem validade de maneira independente de condições particulares e quando essas condições particulares não podem ser precisadas de modo único e exaustivo.
- 5 Davidson, após abandonar sua carreira de psicólogo, passa a acreditar que a psicologia e as ciências sociais não podem ser ciências do mesmo tipo que a física conforme o desejavam Hempel e a vertente positivista.
- 6 Superveniência, de modo geral, ocorre sempre que fenômenos B e fenômenos A, os primeiros pertencendo a um nível mais alto que o segundo, relacionam-se da seguinte maneira: a) *Existe uma co-variação entre fatos e propriedades B e A.* b) *Existe uma dependência entre fatos e propriedades B e A.* c) *Fatos e propriedades B não são redutíveis a A* (Teixeira, 2000, p. 79).
- 7 Para Davidson, os eventos constituem uma categoria ontológica; sua existência é do mesmo tipo que a existência dos objetos no sentido do senso comum, por exemplo. Cf. Engel, 1993.
- 8 *O monismo anômico assemelha-se ao materialismo em sua exigência de que todos os eventos sejam físicos, mas rejeita a tese, geralmente considerada essencial ao materialismo, de que os fenômenos mentais possam receber explicações puramente físicas. O monismo anômico apresenta um viés ontológico somente no que permite a possibilidade de que nem todos os eventos sejam mentais, enquanto insiste em que todos os eventos sejam físicos* (Davidson, 1970/1992, p. 141).
- 9 Uma distinção como essa, visando igualmente à questão da explicação do comportamento já havia sido pensada por Wittgenstein que sustentava – ao contrário de Davidson – ser somente a razão a noção apropriada para tratar o problema (cf. Engel, 1993). É em *Ações, Razões e Causas* (1963/1966) que Davidson defende a idéia de que a noção de causa pode ser utilizada para a explicação da ação humana tanto quanto a de razão e que esta se torna mesmo um caso particular de explicação causal. Essa tese exige uma reformulação do domínio da filosofia da ação que até então, ao seguir Wittgenstein, tomava o conceito de causa como algo em princípio exterior ao campo da psicologia (cf. Engel).

Referências

BIERI, P. (1993) "Introdução" (P. J. Smith, Trad.). Em: Bieri, P. (Org.). *Analytische Philosophie des Geistes*, 2. Aufl., Athenäum, Hain, Hanstein (Material não-publicado).

DAVIDSON, D. (1966) Actions, reasons, and causes. Em: BEROFISKY, B. (Org.) *Free will and determinism*. Nova York: Harper & Row (p. 221-240) (Original publicado em 1963).

DAVIDSON, D. (1992) Mental events. Em: Beakley, B. & Ludlow, P. *The Philosophy of Mind: Classical Problems/Contemporary Issues*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press (p. 137-149) (Original publicado em 1970).

DAVIDSON, D. (1982) Paradoxes of irrationality. Em: WOLLHEIM, R. & HOPKINS, J. *Philosophical essays on Freud*. Cambridge: Cambridge University Press (p. 289-305).

ENGEL, P. (1993) "Présentation". Em: DAVIDSON, D. *Actions et Événements*. Paris: Presses Universitaires de France.

FREUD, S. (1986a) La interpretación de los sueños (J. L Etcheverry, Trad.) Em: *Obras completas*. (v. 5, p. 345-747) Buenos Aires: Amorrortu Editores (Original publicado em 1900).

FREUD, S. (1986b) Lo inconciente (J. L Etcheverry, Trad.) Em: *Obras completas*. (Vol. 14, p. 153-214) Buenos Aires: Amorrortu Editores (Original publicado em 1915).

FREUD, S. (1986c) El yo y el ello (J. L Etcheverry, Trad.) Em: *Obras completas*. (v. 19, p. 1-66) Buenos Aires: Amorrortu Editores (Original publicado em 1923).

FREUD, S. (1986d) Esquema del psicoanálisis (J. L Etcheverry, Trad.) Em: *Obras completas*. (v. 23, p. 133-210) Buenos Aires: Amorrortu Editores (Original publicado em 1938).

FREUD, S. (1973) *La Afasia*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión (Original publicado em 1891).

FREUD, S. (1995) *Projeto de uma psicologia*. (O. F. Gabbi Jr., Trad) Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1950).

- GRAYLING, A. C. (1996) *A Epistemologia* (P. Ghiraldelli Jr., Trad.) Retirado em 10/06/2002 no World Wide Web <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/textos.htm>.
- HEMPEL, C. G. *Aspects of Scientific Explanation*. New York: The Free Press, 1965.
- LACAN, J. (1938) La Famille. Em: *Encyclopédie Française*. Vol. VIII, La vie mentale. Paris: Larousse (p. 8'40-3 – 8'40-17).
- MAANI, S. (1999) O Problema Mente/Corpo e a Psicanálise. (M. A. Frangiotti, Trad.) Retirado em 05/07/2002 no World Wide Web: <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/textos.htm>.
- MacINTYRE, A. C. (19_) *O Inconsciente: Uma Análise Conceitual*. (M. C. Cary, Trad) Lisboa: Editorial Presença (Original publicado em 1958).
- POLITZER, G. (1975) *Crítica dos Fundamentos da Psicologia*. (C. Jardim & El Nogueira Trads.) Lisboa: Presença (Original publicado em 1928).
- RICOEUR, P. (1977) *Da Interpretação: Ensaio sobre Freud*. (H. Japiassu Trad.) Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1965)
- SCHAFFER, R. (1976) *A New Language for Psychoanalysis*. New Haven: Yale University Press.
- SPENCE, D. (1992) *A Metáfora Freudiana: Para uma Mudança Paradigmática na Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992 (Original publicado em 1987).
- TEIXEIRA, J. de T. (2000) *Mente, Cérebro e Cognição*. Petrópolis: Vozes.